

Ideia central: levar a luta até ao voto!

- O XV Congresso decorre num contexto marcado pela **aproximação de eleições legislativas** e, portanto, por todas as movimentações, ações, ocultações e manipulações com que o capital e as forças que têm por natureza servir os seus interesses procuram garantir a continuidade, ou se possível, o reforço das condições e de políticas que protegem e aprofundam os seus privilégios, em particular a insaciável acumulação de riqueza.

- O **governo do PS caiu**. Caiu enredado num conjunto de acontecimentos e suspeições que foram crescendo. Caiu porque, apesar de assentar numa maioria absoluta, estava cada vez mais distante e em contradição com as necessidades, com a resolução de problemas e com as aspirações de largos setores da sociedade; caiu porque já não se podia agarrar a uma confiança e a uma esperança que nunca mereceu, não obstante as condições de governação, supostamente à esquerda, de que usufruía.

- Tenho para mim – temos! – uma ideia muito clara: seja qual for o resultado das próximas eleições, seja qual for a composição da Assembleia da República na próxima legislatura e a constituição do próximo governo, **os trabalhadores vão precisar de continuar a intervir e a lutar**; e a CGTP-IN, a sua central sindical de classe, e os seus sindicatos, vão ter de continuar a dirigir e a organizar essa luta!

- Não quer isto dizer, de forma alguma, que, então, é **indiferente o que vai acontecer nas eleições**. Não, de todo! Temo-lo dito: cada deputado/a que esteja realmente do lado dos trabalhadores, com posições, propostas e intervenção que defendam os nossos legítimos interesses enquanto trabalhadores/as, será um contributo valioso para a resolução de

problemas candentes e para a realização das justas aspirações de quem trabalha ou trabalhou, de quem, na verdade, produz a riqueza!

- Aproximam-se as eleições, **a campanha eleitoral tem início oficial no próximo domingo**, mas há muito que se intensificaram as tais movimentações, ações, ocultações e manipulações com que o capital, numa posição dominante, tudo faz para garantir, diretamente, ou através dos seus agentes políticos e mediáticos, a renovação ou até a radicalização das suas condições de domínio.

- Em particular nestas alturas, presos por que têm de um lado a defesa interesses dos trabalhadores, enquanto sindicalistas, e por outro a adesão a projetos político-partidários que, objetivamente, contrariam esses interesses – de forma pontual ou sistemática – há entre nós quem deseje por **uma espécie de defeso sindical pré-eleitoral** com que ignoraríamos, em concreto, as propostas em programas eleitorais, as promessas tornadas públicas ou a ausência delas ou a credibilidade das forças que as fazem, tendo em conta o acervo de posições com que se apresentam a eleições.

- Há quem por aí fique incomodado por, na nossa intervenção, nas nossas obrigações!, enquanto sindicalistas, **abordarmos questões como os prejuízos das maiorias absolutas** para quem trabalha – tão bem evidenciados, de novo, na legislatura que chega ao fim – ou as propostas que sempre surgem quando começam a sentir-se os odores do voto, incluindo a distância que separa algumas delas das reivindicações e anseios dos trabalhadores.

- Um **exemplo**.

- É sabida a importância que a exigência da **recuperação do tempo de serviço** cumprido tem tido na luta dos professores – e

alguns outros setores da administração pública. Não nos venham com tretas: não basta, mas não haverá a necessária valorização da profissão docente se o trabalho que os professores fizeram continuar a ser desconsiderado, apagado, roubado.

- Hoje, **mesmo os partidos que perpetraram os roubos** e que os mantiveram pelas decisões assumidas enquanto governo, mas também com os seus deputados, falam do assunto e prometem coisas sobre ele. Não fora a luta, o assunto estaria hoje esquecido e enterrado por partidos como o PSD ou o PS, que outros, de forma persistente, sabemos que contribuíram para que assim não fosse...

- É ou não uma **obrigação dos sindicalistas discutir, neste caso com os professores, as promessas e propostas** surgidas em relação a este incontornável tema, escalpelizando os termos do dizem do e lembrando, obviamente, as posições que, sem eleições à vista, cada um foi tomando?

- Outro **exemplo**.

- Se é verdade que há partidos que explicitamente assumem outras coisas, é ou não importante, discutir com aqueles que representamos aquilo que cada um pensa e quer sobre o **direito fundamental e universal à educação e a Escola Pública** como meio insubstituível de realização desse direito? Para além dos debates acantonados na encenação de um concurso para primeiro-ministro ou nas putativas soluções governativas a favor da empobrecedora bipolarização, não devemos, enquanto sindicalistas, contribuir para que se identifique quem é quem e quem tem sido e o que tem feito neste domínio?

- Importa ou não **aclarar o que cada um pretende para o futuro da Escola Pública, os níveis de investimento** que aceita fazer neste âmbito, ou, por exemplo, identificar o que cada partido pensa sobre a avaliação das aprendizagens e a sua sujeição a

mecanismos de avaliação externa – exames nacionais –, tantas vezes vendidos como instrumentos de credibilização da escola, quando, para além de confirmarem a desconfiança na escola e nos seus profissionais, são violentos fatores de discriminação, de seleção social e de exclusão, fatores que arrastam atrás de si mentiras sobre mérito e alimentam a propaganda dos rankings que servem para promover o ensino privado contra o público?

- Um derradeiro **exemplo**.

- Nas reivindicações que serão reafirmadas e consolidadas neste Congresso, a CGTP-IN destaca, justamente, a **urgência do aumento e valorização dos salários**, desde logo o salário mínimo nacional. É com estas reivindicações, com os seus valores e os tempos de realização, que temos de estar comprometidos.

- Devemos ou não informar os trabalhadores em geral, e discutir com eles, o que é que cada partido concorrente às eleições de 10 de março tem protagonizado sobre estas matérias e o que traz como propostas, agora? Devemos ou não **contrapor o que propomos com o que está a ser prometido** aos trabalhadores?

- **Camaradas,**

- Não tem sentido, creio, **estar todos os dias com na luta e com a luta dos trabalhadores** e, em vésperas de eleições remetermos-nos ao silêncio, ou, pior, branquearmos atuações, governações, políticas e propostas que são contrárias aos interesses da grande maioria da população e de quem trabalha.

- É nossa obrigação, enquanto dirigentes sindicais, **ajudar a levar a luta até ao voto**.

- Deputados e deputadas que **convergem na defesa dos interesses do patronato e do capital** são em demasia, há muito, na Assembleia da República. Os trabalhadores que somos e que

representamos precisam de outros/as que estejam, em intervenção, em propostas, em votações do seu lado.

- A luta vai continuar, mas quanto melhor for **a correlação de forças no Parlamento** no que toca aos interesses dos trabalhadores, melhor será o quadro em que essa luta irá prosseguir; maiores poderão ser os resultados da luta.

- **Precisamos, mesmo, de levar a luta até ao voto.**

- Viva a luta dos trabalhadores!

- Viva a CGTP-IN.

JL.23.02.2024